

Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?

Virgínia Fontes

Professora de História
Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?

Resumo: Como compreender os conflitos sociais quando a mudança de escala da acumulação capitalista envolve transformações brutais no conjunto da vida social? Esta é a questão que orienta a discussão do presente artigo que, a partir de noções gramscianas explora o problema da relação entre capitalismo, democracia e classes sociais no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: 1. Hegemonia; 2. Capitalismo; 3. Democracia

Gramsci, State and Civil Society: angels, devils or class struggle?

Abstract: How to understand social conflicts when the scale change of capitalist accumulation involves brutal transformations in the whole of social life? This is the question that guides the discussion of this article, which, based on the writings of Antonio Gramsci, explores the problem of the relationship between capitalism, democracy and social classes in the contemporary world.

Keywords: 1. Hegemony; 2. Capitalism; 3. Democracy

Antonio Gramsci continua uma referência importantíssima na América Latina e, em especial, no Brasil. Há, entretanto, variadas e contraditórias compreensões de sua obra, do teor das categorias que elaborou e das estratégias que permite vislumbrar. A difusão generalizada de algumas categorias – como hegemonia, sociedade civil e revolução passiva – parece dispensar explicações. São utilizadas com inúmeros sentidos e por muitas correntes políticas – à direita e à esquerda – e muitas vezes perdem o fio cortante e a capacidade explicativa. Essa é a contrapartida de sua disseminação, mensurável também pelo empenho em aproximá-lo de vertentes liberais, das quais nosso autor sempre se demarcou. Ao Gramsci *post mortem* chegaram a atribuir a adesão a um acanhado reformismo, refrescado pela exigência da “radicalização democrática da democracia” à la Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004), na qual a categoria de hegemonia perde seus vínculos concretos com a estrutura produtiva e com as modalidades de coerção, convertendo-se em peça de retórica. A primeira coerção a desaparecer é a própria condição de trabalhador sob o capital: o permanente processo de expropriação (da terra e de direitos) que subjaz como condição fundamental à produção capitalista de braços “livres” é novamente naturalizado.

Este artigo propõe a ideia de que Gramsci jamais desconsiderou a importância da revolução socialista e da possibilidade concreta de uma sociedade comunista. Nesse sentido, deixa de lado interpretações que o fantasiam de arauto de uma sociedade onde o capitalismo não é mais questionado para nos dedicarmos às contradições que atravessam sua interpretação no terreno dos que respeitam o fato de que nosso autor, ao escrever os *Cadernos do Cárcere*, era um pensador comunista encarcerado pelo regime fascista, penosamente redigindo uma obra *für ewig*, na qual condensava sua experiência de militante comunista e procurava esclarecer as exigências da luta de classes nas sociedades capitalistas dos anos 1930.

Não faremos uma exegese do pensamento gramsciano, o que vem sendo realizado de maneira consistente por inúmeros autores (COUTINHO, 1999; BARATTA, 2004; BIANCHI, 2008; LIGUORI, 2007). Nosso objetivo é delimitar algumas questões contemporâneas, partindo das contribuições de Gramsci. Pretendemos insistir sobre a inquietação que o movia: como compreender as lutas de classes quando a mudança de escala da acumulação capitalista envolve transformações brutais no conjunto da vida social? Como se aprofundam os processos de direção e de organização tanto da reprodução do capital quanto das formas políticas e culturais que o acompanham e integram? Como enfrentá-las em seu próprio terreno? Gramsci abordava esse fenômeno após a derrota da revolução mundial e da ascensão do nazi-fascismo, quando a organização política no interior de sociedades capitalistas sofria mais uma de suas inflexões. Hoje, nos deparamos com uma extensão inaudita da *escala* da reprodução capitalista, com o aumento avassalador da organização empresarial na sociedade civil, além da incorporação de relações cosmopolitas no interior dos próprios Estados nacionais. Este artigo se dedica a criticar interpretações unilaterais do conceito de sociedade civil, procurando retomar seu duplo gume, tal como cunhado por Antonio Gramsci.

Estado e Sociedade Civil: uma questão de lutas de classes

Gramsci analisou o que é como se organiza o Estado capitalista, considerando-o como integrando uma totalidade não mecânica mas sim relacional e complexa (“orgânica”). Ele recusa – a meu ver corretamente – toda cisão entre base e superestrutura, colocando-se diante da real complexidade de explicar o processo da dominação capitalista considerando não apenas o predomínio econômico, mas também o domínio político e ideológico, pensados em sua correlação com as lutas de classes, abertas ou moleculares.

Gramsci não apreende as classes sociais como entidades compactas, e esmiúça as múltiplas formas de suas manifestações. Nem dominantes nem dominados são homogêneos ou constituem blocos unitários. Estão em permanente tensão, da qual resultam visões de mundo e formas de consciência ao mesmo tempo rígidas e instáveis (como as peças de um mosaico

incompleto). Se a consciência está ligada à forma da vida social, é nessa vida social, começando pela fábrica, que se moldam certas formas de ser, de sentir, de pensar. Se é na sociabilidade, nas formas de organização, nos aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil), que Gramsci buscará a resposta concreta para as formas de organização da luta anticapitalista, é porque aí também residem modalidades de consolidação, sistematização e difusão de uma sociabilidade adequada à dominação. Os aparelhos privados de hegemonia ligam-se direta ou indiretamente ao solo da produção, permitindo compreender como diferentes tendências e contradições são traduzidas em formas mais ou menos organizadas de cultura e de consciência e chegam a condensar-se como projetos políticos. Partindo das observações de Gramsci, é possível ir além e acompanhar o processo pelo qual do conflito e agregação entre aparelhos privados de hegemonia se cristaliza uma direção mais ou menos definida, que empolga e penetra o Estado e a partir dele se expande, conduzida como política pública através de suas agências.¹

Para Gramsci, o Estado não está apenas numa “cúpula”, ainda que assim procure se apresentar. Ao contrário, o Estado capitalista ampliado integra e penetra espaços crescentes da vida social, da mesma maneira que as entidades organizativas – ligadas aos grupos dominantes e/ou aos subalternos – não estão apenas do lado de fora, mas também são incorporadas às definições políticas (e de políticas públicas). Com isso pode conter os impulsos revolucionários dos subalternos (modificando-os e conformando-os através de revoluções passivas) e assegurar as condições de reprodução de uma acumulação capitalista a cada dia mais dinâmica, mais extensa e mais complexa. A delicadeza da análise gramsciana se observa também em sua refinada abordagem das formas de consenso, de produção e disseminação de formas de consciência cuja base essencial é um senso comum, conformado às condições da existência, vivenciadas como natureza humana fixa e enrijecida. O senso comum entretanto contém um núcleo de bom senso fundamental e não deve ser borrado ou reprimido, mas analisado, compreendido e sentido, numa

¹ Partindo das categorias elaboradas por Gramsci, uma historiadora brasileira mapeou aparelhos privados de hegemonia de uma das frações da burguesia, sua imbricação no Estado e a configuração das políticas públicas que daí derivaram, ao longo de quase um século. Ver Mendonça (1997).

verdadeira “passagem do saber ao compreender, ao sentir, e, vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber. O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’” (GRAMSCI, 2001, p. 221)

É preciso enorme atenção para não deslizar da categoria de sociedade civil cunhada por Gramsci, para usos e abusos impregnados do pensamento liberal. Estes desconsideram sua íntima relação com o Estado e são recorrentemente empregados pela grande mídia e por entidades internacionais. As formulações teórico-práticas do Banco Mundial² são as que melhor expressam a tradução liberal do conceito de sociedade civil, ao calcar a definição sobre uma distinção imediata e intuitiva entre entidades associativas e Estado.

Em detalhada pesquisa sobre o Banco Mundial, Pereira demonstra a mais recente “reciclagem e dilatação do programa político neoliberal” realizado pelo BM através do impulso à incorporação de diversos aparelhos privados de hegemonia. Nas análises do Banco Mundial,

“Classes, aparelhos privados da sociedade civil, grupos de interesse, movimentos sociais, todos são vistos como instituições que “interagem” para a obtenção de determinados fins e flutuam mais ou menos no mesmo nível de poder. O próprio Estado é tomado como mais uma instituição, entre tantas outras, o que simplesmente esvazia a dominação como questão (...). E quando, ocasionalmente, reconhece-se que existem assimetrias, o esvaziamento dos conflitos estruturais a priori já preparou o terreno para a evocação do “empoderamento dos pobres”. Como virtualmente não existem relações de dominação, qualquer um pode se empoderar — i.e., ter capacidade para — sem sofrer a obstrução de outrem. O poder deixa de ser visto como uma relação social necessariamente entranhada numa determinada estrutura social. As iniciativas orientadas por esse referencial vão desde projetos de “desenvolvimento local” no meio rural até a criação de conselhos público-privados para a “gestão” de cidades. Em todos os casos, o discurso é sempre o mesmo: não há ganhadores e perdedores, somente ganhadores” (PEREIRA, 2010, p. 383).

Se Gramsci refundou ou ampliou o conceito de sociedade civil, como sugerem Liguori (2007, p. 49) e Coutinho (2006, p. 29-56), o fez a partir de

² Esta noção de entidades (ou “atores”) estanques atravessa inteiramente, por exemplo, o livro de Garrison (2000).

linhagem marxista e revolucionária e da centralidade do conceito de Estado. Desde então, e com maior vigor na atualidade, há uma tensa luta social em torno da categoria “sociedade civil”, pela recorrente tendência a torná-la oposição ao Estado de maneira genérica. Ora, a demonstração gramsciana é de uma relação estreita e consubstancial entre a sociedade civil (ou melhor, os aparelhos privados de hegemonia) e o Estado tomado no sentido restrito, resultando no que considerou como Estado Ampliado. Lutas contra-hegemônicas na sociedade civil poderiam ter um duplo papel: assegurar conquistas institucionais e avançar para o enfrentamento do próprio Estado. Mas, para tanto, jamais podem perder de vista que ocorrem em campo minado. Guerra de posição e guerra de movimento são momentos de uma luta de classes, enfrentando o conjunto das relações sociais burguesas, inclusive seu Estado.

Aliás, a ampliação do Estado não significa apenas o crescimento de agências e instituições públicas, incorporando reivindicações, demandas ou lideranças de diferentes grupos sociais. Não quer dizer apenas que o Estado restrito traz para si – e oferece eventuais soluções ou paliativos – para camadas mais extensas da população, ampliando seu teor “público”. Significa também – e é fundamental não esquecer este aspecto – a penetração das defesas do Estado capitalista para além das fronteiras de sua própria institucionalidade, disseminando trincheiras de defesa da ordem dominante, para além da institucionalidade oficial. Gramsci comparou o Estado restrito moderno a “apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI, 2000, p. 262). Vale lembrar que conquistas legais e democráticas de massas vêm sendo sistematicamente derrubadas ou atacadas através de tais “trincheiras” avançadas da dominação burguesa.

A sociedade civil no sentido gramsciano significa ao mesmo tempo a constatação da instauração e difusão de aparelhos privados de hegemonia e seu correlato, uma expansão de espaços contraditórios de sociabilidade e cultura. Se os aparelhos privados de hegemonia são formas de organização que dependem menos do crivo da institucionalidade estatal para existir (mesmo se “legalizadas”), se seus membros não estão impulsionados *diretamente* pela necessidade ou pela coerção, tal forma de adesão não empalidece as relações ainda mais concretas e fundamentais nas quais estão imersos os seres sociais, a

começar pela existência de classes sociais e prosseguindo pela separação fundamental na produção entre as tarefas da execução (o trabalho manual) e o da concepção (o trabalho intelectual, o mando).

Gramsci, como um estrategista que procura esclarecer a forma concreta das lutas sociais, não apresenta a sociedade civil (e seus aparelhos privados de hegemonia) nem como espaço por excelência do convencimento e da autonomia (*angelical*) nem como local de uma concertação maquiavélica pela dominação (o que lhe conferiria um aspecto *demoníaco*). Ela é um dos ambientes – e quiçá o mais importante, por ser o *locus* do Moderno Príncipe, o partido – do embate de classes, em especial através da formação cultural e ideológica e da organização das vontades sociais dispersas.

Embebidos da visão liberal e contrapondo Estado a sociedade civil, muitos a veem como a expressão quase angelical, forma imediata e organizada das infinitas vontades no cenário social, distante do mundo ensimesmado do “poder”, que estaria expresso no Estado ou do “mercado”, tomado como instituição ou como o espaço das empresas.³ Essa vertente na atualidade exige a participação da “sociedade civil” em muitos processos de decisão estatal, mas fecha os olhos ao pertencimento de classe das entidades que estarão integrando dessa forma o Estado.

Autores de outras linhagens teóricas, entretanto, também tenderam a considerar a sociedade civil como angelical, ou como o espaço de certa pureza social, da expansão das lutas subalternas e das conquistas democráticas. Defendendo, por exemplo, uma “sociologia pública”, Michael Burawoy conclama a uma ação desprovida de classes: “trabalhando nas trincheiras da sociedade civil, energizando-a, fortalecendo a resistência ao Estado e aos mercados e desafiando a dominação não com desmistificação, mas com alternativas possíveis” (BURAWOY, 2010, p. 76).

Embora com sensibilidade à esquerda, essa interpretação se calca numa suposição teórica liberal: a de que a extensão de entidades não-estatais e “livres” ocorreria apenas no âmbito da própria associatividade, das “vontades”,

³ Em linhagem toqueviliana, a multiplicação e a fragmentação de tais entidades assegurariam a própria condição democrática: elas impediriam que certas maiorias (como, por exemplo, a classe trabalhadora) pudessem romper o elo da dominação através de suas reivindicações igualitárias.

desconectadas do mundo da produção e da necessidade. A visão angelical deixa de lado os processos de luta que se passam em todos os âmbitos da vida social sob o capitalismo, a começar pela inserção no próprio processo produtivo, pela profunda desigualdade que permeia a capacidade associativa e pelo papel de conversão, de inflexão que os aparelhos privados de hegemonia empresariais assumem ao sustentar (e financiar) associações populares para que se convertam em “apolíticas” e não partidárias. Com isso, a suposição de que nessa “sociedade civil” residiria a possibilidade da autonomização das lutas populares frente ao Estado, construindo desde “abaixo” novas formas de relação social corre o risco de desarmar as massas para a complexidade do enfrentamento.

Esta interpretação esquece que a sociedade civil – no sentido gramsciano – não paira acima das relações sociais dominantes e que, ao contrário, nelas estão embebidas. Nem mercado nem Estado são entidades “externas” à sociabilidade promovida pelo capital, uma vez que saturam as mais finas malhas da vida social. Aliás, a reflexão gramsciana jamais se limitou ao espaço da sociedade civil, pois enfatizava a questão do Estado e as combinações entre guerras de movimento e de posição adequadas a enfrentar as condições da *dominação* burguesa.

Ambas as vertentes de cunho angelical, seja pelo viés francamente liberal ou por um certo viés autonomista, olvidam que sociedade civil é um dos espaços fundamentais no qual se processa também a dominação de classes sob o capitalismo.

Integram a sociedade civil entidades organizativas diretamente empresariais – sob a forma de sindicatos, associações setoriais, etc. Estes aparelhos privados de hegemonia, de cunho diretamente econômico, voltam-se para os arranjos entre frações da classe dominante. Trata-se de organizações setoriais, muitas delas com amplo alcance nacional, agrupando frações específicas burguesas. O fenômeno não é novo no cenário internacional e ocorre em inúmeros países, com características próprias. Para além do arranjo estritamente nacional, tais aparelhos privados de hegemonia assumiram desenhos bem mais abrangentes e internacionais. René Dreifuss, em minucioso trabalho de pesquisa, analisou o nascimento dos *Round Table Groups*, em 1911, que associava empresários, intelectuais e funcionários britânicos e estadunidenses, e seus desdobramentos internacionais, sobretudo através do *Council of Foreign Relations* (CFR), criado

em 1921, assim como do *Committee for Economic Development* (CED), criado em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial. O CFR, com intensa atividade até hoje, publica o conhecido periódico *Foreign Affairs*. Do CED desdobra-se o conhecido grupo de Bilderberg (1954) e uma miríade de entidades empresariais coirmãs europeias, como *Le Siècle e Institut de l'Entreprise*, na França; *Circulo de Empresarios*, na Espanha, além de outras entidades na Inglaterra, Alemanha, Portugal, Itália, Suécia, Finlândia e Turquia. Em outros continentes, tais entidades coirmãs estão presentes na Austrália, na China, no Japão, na África do Sul. Do CFR emerge, em 1973, a Comissão Trilateral. Ambos, CED e CFR, seguem ativos. Para os países da América Latina, vale analisar o papel desempenhado pelo *Consejo Interamericano de Comercio y Producción* (CICYP), fundado em 1941 e que mantém estreitas relações com o CED (DREIFUSS, 1986; SHOUP, 1977).

Além da organização para a defesa de interesses políticos voltados imediatamente para questões econômicas, também não é nova a grande multiplicidade de organizações destinadas à doutrinação, educação e/ou acomodação social convenientes à dominação de classes, através de entidades como Rotary ou Lyons Club, nas igrejas, na mídia e nas escolas, todas citadas por Gramsci ainda na década de 1930. Também aqui há uma grande variedade. Na atualidade, o volume de entidades civis (e sem fins lucrativos) constituídas sob o patrocínio direto ou indireto de entidades empresariais se agigantou, a partir da generalização do que é apresentado como se fosse “filantropia” empresarial (MEDEIROS, 2013) cujas figuras mais emblemáticas no cenário internacional são as já antigas fundações Rockefeller (criada em 1913) e Ford (1936), e algumas das atuais são a *Fundação Bill e Melinda Gates* (criada em 1997) e a *Open Society*, patrocinada por George Soros desde 1979.

No caso brasileiro, houve enorme crescimento de entidades associativas empresariais ao longo de todo o século XX, enquanto intensa repressão se abatia sobre as entidades populares ou de trabalhadores (inclusive sobre sindicatos). Assim, se adensava uma malha de aparelhos privados de hegemonia de cunho empresarial com abrangência nacional, assegurando relações estreitas com o Estado, enquanto as tentativas organizativas da classe trabalhadora se viam frequentemente obstaculizadas pela coerção constante e mesmo por golpes de Estado, gerando uma ampliação *seletiva* do Estado (FONTES, 2010, p.

218-222). Desde meados do século XX tais entidades empresariais (sem fins lucrativos) se tornaram também educadoras e formadoras de mão de obra, além de promoverem atividades culturais e recreativas (*Serviço Social do Comércio*, *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial* e *Serviço Social da Indústria*). Outra característica se agregava à dominação diretamente econômica: a função educativa, ainda que no âmbito econômico.

Ao final de uma sanguinária ditadura empresarial-militar, em finais da década de 1980, frente à expansão das lutas populares e à criação de entidades populares de âmbito nacional produzidas no bojo de tais lutas, cresceria de maneira exponencial o número de entidades associativas empresariais voltadas agora para atividades de cunho social (MARTINS, 2009). Vale ressaltar que, em alguns casos, elas não apenas pretendem explicitamente expandir-se para outros países como também agregam empresas estrangeiras e mesmo entidades associativas de origem estrangeira. Vejamos, por exemplo, o caso do aparelho privado de hegemonia *Grupo de Institutos Fundações e Empresas* (GIFE), um dos mais importantes em atuação no Brasil e que se apresenta como

“uma organização sem fins lucrativos que reúne associados de origem empresarial, familiar, independente ou comunitária, que investem em projetos de finalidade pública. Nascido como grupo informal em 1989, foi instituído como Grupo de Institutos Fundações e Empresas em 1995 por 25 organizações. Desde então, tornou-se uma referência no Brasil sobre investimento social privado e vem contribuindo para o desenvolvimento de organizações similares em outros países.” (GIFE, 2014. Grifos nossos).

No conselho fiscal do GIFE, na atual gestão, participa um representante do Banco estadunidense J.P. Morgan, minoritário frente aos dois demais membros do conselho e dos 11 integrantes do Conselho de Governança, vinculados a fundações de grandes conglomerados brasileiros. No entanto, na lista de cento e trinta associados, ao lado de Fundações empresariais brasileiras (incluindo grandes bancos e mais importante rede de TV), figura grande quantidade de entidades estrangeiras, como as Fundações Bunge, Cargill, Nestlé Brasil, Nokia, Volkswagen, os Institutos Coca-Cola Brasil, HSBC Solidariedade, Renault, Wal-Mart, além da participação direta de empresas como Monsanto e Microsoft, dentre outras. O exemplo do GIFE, no Brasil, assinala uma

característica cada dia mais corriqueira: uma *concentração de entidades privadas mas sem fins lucrativos*, todas de origem empresarial, presentes também em diversas outras entidades de base jurídica similar. Todas se apresentam igualmente como “sociedade civil”, ao qual vem agregando a função da “responsabilidade social empresarial”.

Acrescente-se a esse cenário a disseminação que ocorreu a partir de 1946 de entidades denominadas Organizações Não Governamentais (ONGs), que em 1968 foram credenciadas e passaram a integrar conselhos consultivos da Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2014). Aparelhos privados de hegemonia como seus predecessores, conservam suas características mesmo se assumem novas peculiaridades, a começar por fontes de financiamento diversificadas (inclusive públicas ou empresariais), e ocuparam a frente do cenário, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980. Atuam nas mais variadas escalas, em âmbito local, regional, nacional ou internacional. Seu maior impulso deriva da década de 1970, mas não há estimativas confiáveis para quantificá-las em escala internacional (Ryfman, 2004), inclusive por designar estruturas organizativas extremamente variadas.

Como se observa, o termo “ONG” é a expressão direta do projeto liberal, repetindo à exaustão a definição de tais associações em contraposição ao Estado. Essa caracterização redefine o viés idealizado da categoria liberal de sociedade civil, sinonimizado durante algum tempo a ONG, apagando as bases de classe de tais aparelhos privados de hegemonia, louvando suas origens – algumas delas surgiram de lutas populares – e convertendo-as em novas formas de filantropia. Num cenário de luta acirrado, diversas modalidades de financiamento e apoio lhes seriam oferecidas por aparelhos privados de hegemonia diretamente empresariais. Outras designações do mesmo cariz foram e continuam sendo criadas e divulgadas à exaustão: “terceiro setor”, “mundo da vida”, “esfera privada-porém-pública”, etc., obscurecendo o perfil de classes e a luta que se trava neste terreno.

A partir desses poucos exemplos, pode-se ter uma ideia das dimensões e do entrecruzamento entre entidades associativas empresariais hoje no interior dos diversos países e no cenário internacional. Em função dessa malha tentacular, alguns intérpretes muitas vezes deslizam para uma visão demoníaca de sociedade civil, como o local de controle quase absoluto de todas as instâncias

da vida social pelo capital, seja diretamente através das empresas, seja através dessa proliferação de entidades associativas.

Enquanto a visão angelical apaga as cisões sociais que se refazem e se perpetuam nos aparelhos privados de hegemonia, a visão oposta hipostasia a dominação e desconsidera a importância das contradições sociais e das modalidades multiformes da luta de classes. Impulsionadas seja pela adesão incontestada, seja pelo temor, deixam em segundo plano a questão central: como explicar o Estado capitalista contemporâneo e, sobretudo, como avançar na luta?

Apontamentos

Este percurso pelos usos do conceito e pelas formas concretas que vêm assumindo os aparelhos privados de hegemonia procurou assinalar a riqueza, a importância e a atualidade da conceituação gramsciana de Estado. Consta-se porém que, oito décadas após a redação dos *Cadernos do Cárcere*, a situação parece hoje muito mais complexa.

Seguem alguns comentários. A formidável multiplicação de aparelhos privados de hegemonia após a década de 1970 expressa um *acirramento* e um *deslocamento* das lutas de classes, em paralelo a uma reconfiguração da classe trabalhadora em escala internacional. A emergência de uma série enorme de lutas sociais populares nos anos 1970, mesmo período do crescimento dos aparelhos privados de hegemonia, expressava duas inquietações maiores: a incapacidade dos estados capitalistas em assumir de fato o bem-estar das grandes massas – o *estatismo autoritário* assinalado por Poulantzas (1978) – e um enorme volume de problemas decorrentes da própria expansão do capitalismo, inclusive para os países chamados periféricos, como questões ambientais, discriminações diversas, etc.

Os assim chamados neoliberalismo e reestruturação produtiva foram fenômenos múltiplos: deslocalização de empresas, expansão intensificada de relações capitalistas para outros países por expropriações de camponeses e difusão da “Revolução Verde”, generalização de novas relações de trabalho (precarizações diversas) e intensificação da concorrência entre os trabalhadores,

introdução de procedimentos supostamente “participativos” nas relações de trabalho, aumento das dívidas públicas, ao lado de intensa campanha em prol da “sociedade civil”. Inúmeras formas de luta e de resistência pipocavam e, frente à violência estatal contra aquelas de maior fôlego organizativo, muitos setores populares recuaram para posições defensivas, calcadas na autoajuda. Tais posturas são rebeldes, contestam as condições reais de vida, mas não chegam a configurar um enfrentamento explícito, embora possam chegar a fazê-lo.

Foi sobre essas lutas populares que as estratégias burguesas da “filantropia” procuraram agir, numa verdadeira operação de *conversão*. No plano interno, nos diversos âmbitos nacionais, tratava-se de converter reivindicações emergentes em ajuda emergencial, esvaziando um provável sentido de enfrentamento ao capital. No plano externo, tratava-se de assegurar uma distância segura entre ativismo internacional e conexões políticas internacionais. Forneciam recursos – escassos e insuficientes – para problemas variados, sustentando um ativismo limitado em seu alcance. Tratava-se de *gerir* diferentes lutas específicas, especializadas. Em todos os casos, uma condição fundamental para o acesso a recursos: a de se manterem estritamente na atuação imediata, pragmática, “apolítica”.

O deslocamento operado empurrava tais aparelhos privados de contra-hegemonia de uma situação de enfrentamento para a de colaboração, esvaziando as entidades nacionais e internacionais de aglutinação popular, como os partidos políticos e a formação de “internacionais de luta”. Esse deslocamento se tornava mais factível uma vez que o terreno das reivindicações específicas se situava seja em níveis infranacionais, a partir de problemas urgentes e imediatos, seja em âmbito internacional, longe do alcance partidário. A “democracia” deslizava do terreno das conquistas de massas para o da atuação incessante – porém impotente - de aparelhos privados de hegemonia nos quais aqueles de base empresarial financiavam ou apoiavam uma malha crescente de “voluntários” de origem popular, sobretudo os de “boa-vontade”. O objetivo, minorar as sequelas da expansão das relações capitalistas que seguia seu curso e contornar suas contradições. O Estado democrático se tornava seletivo na incorporação de tais entidades, assegurando maior espaço àquelas referendadas pelos recursos empresariais. Essa prática, entretanto, cavou ainda

mais profundamente a separação entre os partidos políticos e suas bases populares.

O contraste entre o encapsulamento político das classes trabalhadoras nacionais em democracias mais ou menos restritas e a mobilidade internacional do capital é inquietante. Ele demonstra ao mesmo tempo a necessidade de Estado para a expansão capitalista (FUKUYAMA, 2005) e o empenho no obscurecimento da própria existência de classes sociais nos diferentes níveis: local, regional, nacional e internacional. E isso exatamente quando houve uma das maiores expansões da classe trabalhadora no planeta.

Ao lado de uma crescente internacionalização dos próprios Estados, pela penetração de aparelhos privados de hegemonia internacionalizados nos mais diferentes Estados, expressiva parcela de tais interesses não parece oferecer maiores dificuldades em aceitar formulações políticas de cunho nacionalista, contanto que mantenham sua expansão externa e admitam a livre movimentação de capitais. Se estão aliados no bloqueio à expansão de direitos aos subalternos, nacionais ou internacionalizados, fazem todavia aumentar em níveis perigosos a tensão internacional. O pequeno grupo de países classicamente imperialistas resiste ao ingresso daqueles cujas burguesias, expandidas nos últimos anos interna e externamente, exigem ingresso ao seletor clube capital-imperialista.

Referências bibliográficas

- BARATTA, Giorgio. *As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BIANCHI, Alvaro. *Laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Unicamp, 2010.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.
- DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: UFRJ/EPSJV-Fiocruz, 2010.
- FUKUYAMA, Francis. *A construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- GARRISON, John W. *Do confronto à colaboração: relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília: Banco Mundial, 2000.
- GIFE. Grupo de Institutos Fundações e Empresas. Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife.asp>, acesso 02 jun. 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. 2ª ed., Rio de Janeiro, 2001.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- MEDEIROS, João Leonardo. *A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: EDUFF, 2013.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- ONU. *About Us*. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://outreach.un.org/ngorelations/about-us/history/>. Acesso em 10 mai. 2014.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- POULANTZAS, Nicos. *L'Etat, le Pouvoir, le Socialisme*. Paris: PUF, 1978.
- RYFMAN, Philippe. *Les ONG*. Paris: La Découverte, 2004.
- SHOUP, L. E. Minter, W. *Imperial Brain Trust: the Council of Foreign Relations and United States Foreign Policy*. New York and London: Monthly Review Press, 1977.